

31 JUL 1981

JORNAL DE BRASÍLIA

POLÍTICA

den. Sarney diz que reforma será só para adequar a lei a 82

"A reforma da legislação eleitoral será para adequá-la à disputa direta dos governos estaduais e aos tempos da abertura", disse ontem o presidente do PDS, senador José Sarney, esclarecendo que em torno de tal matéria "não há nenhuma divergência. Trata-se de trabalho a ser feito por todos os partidos".

Ele admitiu, porém, que a vinculação de votos, a extensão da sublegenda às eleições de senador e de governador e a proibição de coalizões partidárias "são assuntos bastante controversos. Sempre disse, aliás, que qualquer reforma mais profunda, extrapolando a compatibilização da lei ao processo de abertura, somente seria possível, através de ampla negociação. E essa negociação teria de começar dentro do próprio partido".

Confirmando a existência de reações pedessistas, o deputado Lúcio Cione, do Paraná, insistiu em que "sublegendas, vinculação de votos é outras inovações do mesmo tipo não condizem com o momento de abertura política que a Nação está experimentando. A regra deve ser igual para todos. Só assim veremos restabelecidos a creditabilidade e o definitivo encontro da vontade popular com seus mandatários. Eleições, sim, mas sem casuismo que nos envergonhem".

Sarney confirmou que o projeto de reforma eleitoral do governo chegará mesmo em agosto ao Congresso: "Este é um compromisso assumido por nossas lideranças parlamentares. Os prazos serão mantidos".

Quando lhe indagaram se a reforma seria limitada em face da pequena maioria parlamentar de seu partido, reafirmou:

"A posição do PDS nunca foi no sentido de propor uma reforma ambiciosa. O que queremos e queremos é adaptar o caótico texto da legislação à eleição direta para governador".

"Uma reforma tem de ocorrer - disse. Não podemos fazer a eleição de 1982 com a legislação atual que prevê a disputa indireta. O PDS já prestou grande serviço ao País, ao criar a comissão da reforma,

porque assim desestimulou tentativas prorrogacionistas e suscitou o debate sobre a matéria".

THALES

O líder do PP na Câmara, deputado Thales Ramalho, sugeriu ao presidente do PDS que os entendimentos para definição da reforma eleitoral se processem "na área diretamente interessada na matéria, o Congresso Nacional", através das lideranças e presidências de todos os partidos.

Sarney foi visitado ontem pelo líder do PP, que passou cerca de uma hora em seu gabinete, onde conversaram a portas fechadas. No final do encontro, o líder do PP disse que não havia conversado sobre nenhum ponto em particular da reforma eleitoral, mas genericamente sobre o assunto.

CONFUSÃO

Bauru (SP) - O deputado federal Adhemar de Barros Filho (PDS-SP), um dos candidatos a uma legenda para concorrer ao governo paulista, criticou ontem, a realização de reformas eleitorais antes das eleições de 82. Segundo o parlamentar, "as modificações que a reforma vai trazer vão confundir os eleitores".

Adhemar de Barros Filho disse que "o PDS basicamente se posicionou em relação a três alterações: uma proibição expressa da coligação partidária, que objetiva evidentemente que cada partido se apresente com todas as suas qualidades; a extensão da sublegenda a nível de governador e a extensão do voto vinculado, que já existe a nível de vereador. O presidente do PDS, José Sarney, agora vai dialogar sobre esses pontos com a oposição".

O deputado disse que a sublegenda e o voto vinculado podem trazer "uma perturbação muito grande ao eleitor. Mas se está em fase de discussão, de busca de consenso, eu creio que antes de outubro não se terá um resultado maduro".